CONCURSO FIOCRUZ 2014

BAN201

Contabilidade

Analista em Gestão Pública de Saúde

Prova Objetiva

FUNDAÇÃO DOM CINTRA

Conhecimentos Específicos na Área de Atuação

01. Entre o Estado Patrimonial e o Estado Contemporâneo três momentos bastante característicos de implementação do Estado Moderno podem ser demarcados: seu nascimento e consolidação; a crise do Estado; e os movimentos de reforma do Estado. Por se tratar de um processo, a implementação do Estado Moderno ocorre de forma muito variada em diversos contextos. Sobre esse processo é correto afirmar:

(A) o modelo de Estado Patrimonial, ponto de partida do Estado Contemporâneo, possui duas características basilares: a captura por interesses privados (de dentro e de fora do Estado) e a implementação de regras universais que visavam preservar o Estado de situações casuísticas e personalistas.
(B) o momento de consolidação do Estado Moderno representa a implementação do ideal de Estado de Direito, com o reconhecimento dos direitos políticos e, posteriormente, dos direitos civis, na medida em que a democracia de massas avançava.
(C) também é uma das facetas do Estado Moderno a implementação do ideal de Estado Social, como forma de apoiar o desenvolvimento da economia e os decorrentes processos de urbanização e de transformação das famílias.
(D) o Estado Social Desenvolvimentista seguiu as principais características do Estado Liberal, exigindo uma pesada implementação administrativa, com características da administração burocrática clássica.
(E) o Estado foi visto como essencial para a superação de crises econômicas das décadas de 1970 (petróleo) e de 1980 (liquidez) e daí decorreram os primeiros movimentos de reforma do Estado, visando fortalecê-lo diante das incapacidades dos mercados.

02. O contexto atual em que se desenvolve a atuação do Estado é complexo. A emergência de problemas globais relacionados ao clima, à segurança, à saúde, o alastramento das democracias e dos valores democráticos, o avanço das tecnologias de comunicação e informação, a multiplicação das inter-relações e interdependências, a retomada das relações entre iniquidades e crescimento são algumas das dimensões centrais do debate sobre a orientação global dos modelos de desenvolvimento de um país e de intervenção do Estado. Neste contexto é correto afirmar quanto às relações entre o papel do Estado no desenvolvimento e a administração pública que:

(A) o advento de uma administração pública para o desenvolvimento deve dicotomizar desenvolvimento econômico e social e fortalecer o planejamento estratégico a partir de um órgão central forte.
(B) o Estado tem papel central para o desenvolvimento social, mas numa linha de "Estado-rede", um elemento concertador, ativador e direcionador das capacidades do mercado e da sociedade civil.
(C) um Estado Inteligente é aquele concentrado principalmente em funções estratégicas para a economia e com um desenho institucional e um desenvolvimento de capacidades gerenciais que lhe permitam concretizá-las com alta eficiência.
(D) não constitui papel-chave do "Estado inteligente" a execução de ações e serviços no campo social.
(E) para reconfigurar a atuação do Estado no desenvolvimento econômico-social sustentável a questão fundamental é atuar diretamente sobre suas estruturas organizacionais, tornar eficiente sua gestão e incorporar técnicas modernizantes do setor privado.

03. Entre as características identificáveis na cultura das organizações públicas brasileiras encontram-se a burocracia, o autoritarismo centralizado, o paternalismo, a descontinuidade e a ingerência política. Essas características interferem no modo como os trabalhadores atuam nessas organizações. NÃO constitui um dos traços da cultura histórica do funcionalismo público brasileiro.

(A) apego às regras e rotinas.
(B) supervalorização da hierarquia.
(C) paternalismo.
(D) apego ao poder.
(E) prestação de contas.

04. Após as reformas administrativas de primeira geração, decorrentes da crise dos anos 70 e 80 e que visavam o enxugamento do Estado e a transposição de métodos da iniciativa privada para a área pública, uma nova onda de reformas trouxe a revalorização do Estado como garantidor do interesse coletivo, com um papel mais regulador e preocupado com melhor posicionamento em uma economia globalizada. NÃO constitui uma das características essenciais desta nova onda de reformas administrativas:

(A) racionalização das opções orçamentárias.
(B) foco na gestão por resultados.
(C) maior autonomia aos agentes executores.
(D) contratualização entre Estado e agentes executores.
(E) análise dos atores envolvidos.

05. No modelo do Estado-contratual ou Estado-síntese, que tomou corpo com as reformas administrativas em inúmeros países da OCDE, o procedimento contratual (ou a contratualização) é componente-chave. Quanto a este procedimento deve-se observar os seguintes requisitos:

I - Regras claras (resultados esperados, o que é negociável ou não, como gerenciar conflitos e riscos).
II - Regras negociadas.
III - Abordagem corajosa de punições ao mau desempenho, e de premiação ao desempenho.
IV - Apoio incondicional dos gerentes, uma vez aceitas as normas.
V – Especificação detalhada de tudo que envolve o contrato e obrigação dos funcionários e organizações de prestar contas desses detalhes.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.
(B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
(C) se somente as afirmativas I, II e V estiverem corretas.
(D) se somente as afirmativas I, II, III e IV estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

06. Segundo Carlos Matus (1996), a ação de um governo se articula em três vértices de um sistema complexo, constituído pelo projeto de governo, pela governabilidade e pela capacidade de governo. O planejamento estratégico constitui um dos principais instrumentos para elevar a capacidade de governo e para tanto o desenho do programa direcional é chave para o sucesso do plano. Para Matus, a **direcionalidade** do plano é marcada por três variáveis principais:

(A) a definição dos atores sociais envolvidos na ação; a seleção dos problemas; a definição dos resultados esperados com as ações implementadas.
(B) a seleção dos problemas; a seleção dos meios políticos, econômicos, cognitivos e organizacionais para enfrentar os problemas; a busca dos resultados como consequência do uso dos meios para enfrentar os problemas.
(C) a seleção dos objetivos estratégicos; a definição das operações, ações e projetos necessários para realizá-los; a definição dos indicadores de monitoramento e avaliação.
(D) a definição dos resultados a serem alcançados; a seleção dos indicadores de monitoramento e avaliação; a identificação dos atores responsáveis pelas ações.
(E) a definição dos cenários prospectivos; a seleção dos objetivos estratégicos; a identificação das alternativas de ação para cada cenário e objetivo.

07. O processo de mudança organizacional possui diferentes aspectos. Mintzberg (2006) utiliza a figura do cubo para caracterizar este processo. As faces do cubo mostram as duas principais dimensões da mudança, a estratégia e a organização. Acima e abaixo do cubo estão os níveis em que pode haver mudança, que vai desde uma mudança conceitual, das posições estratégicas e estrutura da organização, localizada no topo do cubo, até mudanças concretas, conforme figura abaixo.

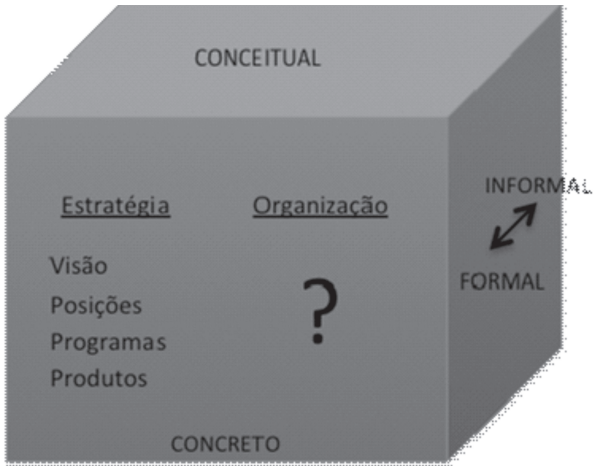


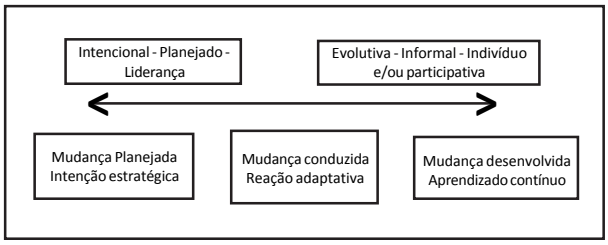
Figura 1 - O Cubo da Mudança (Mintzberg et al, 2006)

Constituem a dimensão Organização, do nível concreto para o conceitual, os seguintes elementos:

(A) processos, sistemas, estrutura, cultura.
(B) pessoas, sistemas, estrutura e cultura.
(C) processos, projetos, estrutura e valores.
(D) processos, estruturas, pessoas e modelos mentais.
(E) pessoas, processos, estrutura e valores.

08. As concepções sobre as formas como surgem as mudanças organizacionais, se intencionais ou evolutivas, formais e planejadas ou informais, se partem da liderança ou de indivíduos e grupos, tomadas como extremos podem ser representadas como o esquema abaixo.

Concepções quanto à forma e condução das mudanças organizacionais



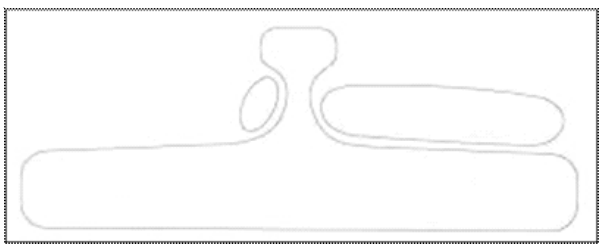
Nesta perspectiva, avalie as seguintes afirmativas sobre o processo de mudança organizacional:

I - A mudança planejada também pode ser chamada de programática, pois ela ocorre quando existe um sistema ou conjunto de elementos a ser seguido que varia de um nível macro, como o planejamento estratégico, até o micro no caso de melhorias da qualidade ou treinamento de pessoal.
II - A mudança conduzida é guiada por uma pessoa ou grupo que possua autoridade para acompanhar a mudança e garantir que ocorra. Neste caso são identificados os processos micro de racionalização de custos, reestruturação organizacional, até os macros como a cultura geral.
III - No caso da mudança desenvolvida ela apenas acontece, é orgânica e conduzida por pessoas fora do núcleo de autoridade da instituição. Pode ir de um nível micro como desafio político ao macro no caso do aprendizado estratégico.

Assinale:

(A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
(B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
(C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
(D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
(E) se nenhuma das afirmativas estiver correta.

09. Observe a figura abaixo, relativa a uma das configurações organizacionais, segundo Mintzberg (2006).



Sobre esta figura, é correto afirmar:

(A) trata-se de uma burocracia mecanizada, sua parte chave é o núcleo operacional e o principal mecanismo de coordenação é a padronização de processos.
(B) trata-se de uma estrutura simples, sua parte chave é a cúpula estratégica e seu principal mecanismo de coordenação é a supervisão direta.
(C) trata-se de uma adhocracia, sua parte chave é a assessoria de apoio e seu principal mecanismo de coordenação é o ajustamento mútuo.
(D) trata-se de uma forma divisionalizada, sua parte chave é a linha intermediária e seu principal mecanismo de coordenação é a padronização de resultados.
(E) trata-se de uma burocracia profissional, sua parte chave é o núcleo operacional, que tem grande autonomia, e o principal mecanismo de coordenação é a padronização de habilidades.

10. Atua sobre as condições limitadoras e promotoras do desenvolvimento potencial das pessoas na organização, especialmente sobre as condições básicas para uma aprendizagem coletiva solidária; assume as condições de aprendizado como fatores propulsores ou realizadores do potencial de crescimento das pessoas; aposta na capacidade coletiva para moldar as mudanças. Na abordagem da liderança como potencial de aprendizagem coletiva, de Peter Senge (2000), estas são algumas habilidades do líder caracterizado com a metáfora:

(A) líder-idealizador.
(B) líder-regente.
(C) líder-jardineiro.
(D) líder-professor.
(E) líder-estrategista.

11. Os três blocos principais de implantação da Gestão Matricial por Resultados, ou Governança Matricial (Martins e Marini, 2010), são a construção da agenda estratégica, o alinhamento da arquitetura organizacional implementadora e a implantação de mecanismos de monitoramento e avaliação. NÃO constitui uma das ações contidas na construção da agenda estratégica:

(A) mobilizar e gerar consciência para resultados.
(B) desenvolver capacidades e competências.
(C) gerar e difundir conhecimentos.
(D) desdobrar agendas estratégicas.
(E) pactuar contribuições dos vários atores institucionais.

12. O Modelo de Excelência em Gestão Pública é composto por 8 critérios que juntos compõem um sistema de gestão para as organizações do setor público brasileiro. Os critérios que compõem o modelo são os seguintes: Liderança; Estratégias e Planos; Cidadãos; Sociedade; Informação e Conhecimento; Pessoas; Processos; e Resultados. Analise a seguir a síntese da avaliação realizada e as possíveis soluções formuladas, relacionada a um dos critérios acima mencionados.

Problemas atuais relacionados a esta alínea
Os instrumentos de prestação de contas da alta administração sobre os resultados institucionais carecem de aprimoramento (conceito, metodologia, periodicidade, tecnologia), com reforço da responsabilização e avaliação das áreas envolvidas, para viabilização do pacto coletivo.
Possíveis soluções
Aprimoramento dos instrumentos de prestação de contas da alta administração para os trabalhadores da organização sobre a implantação de decisões coletivas, com foco na avaliação dos resultados institucionais. Definir práticas de visão coletiva sobre os problemas relativos à prestação de contas aos órgãos de auditoria (AUDIN, CGU, TCU) enfrentados pelas unidades da instituição, inclusive, com foco na aprendizagem organizacional.

Com base nesta avaliação, é possível considerar como correta a seguinte afirmação:

(A) trata-se de uma avaliação relacionada ao Critério 1 – Liderança, especificamente ao item Governança Pública e Governabilidade.
(B) trata-se de uma avaliação relacionada ao Critério 1 – Liderança, especificamente ao item Análise do Desempenho da Organização.
(C) trata-se de uma avaliação relacionada ao Critério 2 – Estratégias e Planos, especificamente ao item Implementação das Estratégias.
(D) trata-se de uma avaliação relacionada ao Critério 2 – Estratégias e Planos, especificamente ao item Formulação das Estratégias.
(E) trata-se de uma avaliação relacionada ao Critério 6 – Pessoas, especificamente ao item Sistemas de Trabalho.

13. A abordagem da Criação de Valor Público, desenvolvida por Mark Moore (2003), busca responder a questão sobre como devem os gerentes públicos pensar e fazer para criar valor público a partir de três tipos de enfoques: estabelecimento de uma filosofia de gestão pública (o que devemos esperar dos gerentes públicos), estabelecimento de estruturas de diagnóstico (para guiar os gerentes) e a identificação de tipos especiais de intervenção (para explorar o potencial dos cenários políticos). O modelo utiliza a imagem de um triângulo – triângulo estratégico – que destaca três aspectos fundamentais para a criação de valor público:

(A) projeto de governo; governabilidade; capacidade de governo.
(B) gestão da estratégia; gestão organizacional; gestão de operações.
(C) gestão política; gestão organizacional; gestão de operações.
(D) gestão da estratégia; gestão política; gestão da eficiência.
(E) direcionalidade; governabilidade; responsabilização.

14. Segundo Martins e Marini (2010), um modelo de gestão para resultados deve ser multidimensional, ou seja, levar em conta as múltiplas dimensões do esforço (processos, recursos, estruturas, sistemas de informação e pessoas) e alinhá-las aos resultados. Levando em conta os 06 Es do Desempenho, expressos na figura abaixo, avalie as cinco afirmativas a seguir:

Fonte: Martins e Marini (2010)

I – A economicidade relaciona produtos/ serviços gerados e os recursos utilizados.
II – A efetividade refere-se aos impactos gerados pelos produtos/ serviços.
III – A execução refere-se à quantidade e à qualidade dos produtos/ serviços entregues.
IV - A eficácia refere-se à realização dos processos/ projetos/ planos, conforme estabelecidos
V – A excelência refere-se à conformidade a critérios e padrões de qualidade e excelência.

Assinale:

(A) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
(B) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
(C) se somente as afirmativas II e V estiverem corretas.
(D) se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas.
(E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

15. Segundo Lawuler (1996), as três principais fontes de vantagem competitiva são a tecnologia, a arquitetura organizacional e as pessoas. Assim, a sustentação de patamares crescentes de excelência somente é possível se o olhar gerencial estiver centrado nos fatores pessoais e organizacionais que afetam o desempenho obtido. O alinhamento do desempenho humano ao organizacional passa então a ser um dos principais desafios para as organizações públicas que almejam a excelência.

Avalie se para a promoção deste alinhamento pode-se afirmar que:

I – é necessário que o trabalhador saiba o que se espera dele. A definição prévia e clara de objetivos corporativos, metas de unidade e objetivos de equipe/ unidade de trabalho é fator crítico de sucesso.
II - o processo de negociação de metas com os funcionários torna-se mais compreensível quando toda a equipe participa das etapas de enquadramento estratégico e definição de objetivos da organização.
III – deve-se evitar a interferência da subjetividade nos processos avaliativos.
IV – metas de desenvolvimento individual não devem ser consideradas no processo de pactuação.
V – as condições de trabalho são elementos-chave tanto na pactuação de metas quanto na avaliação do desempenho do funcionário.

Assinale:

(A) se somente as afirmativas I, II e V estiverem corretas.
(B) se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
(C) se somente as afirmativas I, III e V estiverem corretas.
(D) se somente as afirmativas III, IV e V estiverem corretas.
(E) se somente as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.

16. Segundo a Lei 11.079/ 2004, que estabelece as normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, há um conjunto de diretrizes que devem ser seguidas para instituição destes arranjos. NÃO consta na Lei como uma das diretrizes estabelecidas:

(A) a eficiência no cumprimento das missões de Estado e no emprego dos recursos da sociedade.
(B) o respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos entes privados incumbidos da sua execução.
(C) o controle permanente por parte da sociedade.
(D) a responsabilidade fiscal na celebração e execução das parcerias.
(E) a transparência dos procedimentos e das decisões.

17. De acordo com a Lei no 11.079/ 2004, o contrato de parceria público-privada:

(A) deve possuir prazo mínimo de 5 e máximo de 35 anos e valor superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).
(B) constitui contrato de concessão, na modalidade administrativa ou patrocinada, com prazo máximo de 20 anos, prorrogável uma única vez.
(C) constitui contrato de concessão, na modalidade administrativa ou patrocinada, esta última tendo a Administração pública como usuária direta ou indireta.
(D) constitui contrato de prestação de serviço, precedido de obra pública, com prazo compatível com a amortização dos investimentos.
(E) tem como objeto único o fornecimento de mão de obra ou a construção de obra pública, quando na modalidade concessão administrativa, e a prestação de serviços, quando na modalidade concessão patrocinada.

18. Das diversas definições e modelos sobre políticas públicas, avalie se podemos extrair e sintetizar seus elementos principais nas afirmativas a seguir:

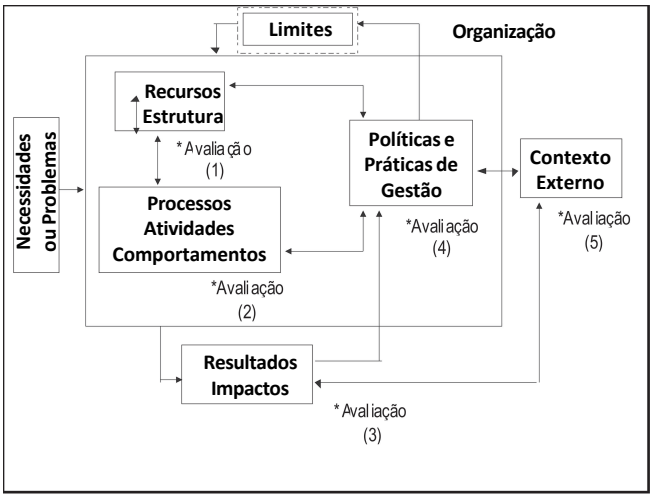
I - A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
II - A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
III - A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
IV - A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
V - A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.

Assinale:

(A) se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
(B) se somente as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
(C) se somente as afirmativas III, IV e V estiverem corretas.
(D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
(E) se nenhuma das afirmativas estiver correta.

19. A figura abaixo representa o modelo geral de programas governamentais, com seus componentes. Para cada componente do modelo aplica-se um tipo de avaliação.

Modelo Geral dos Programas Governamentais



Fonte: Adaptado de: Evaluer L'efficacite D'um Programme: Une question de Référents?, Gervais et al., 1999. P. 8.

Considerando a numeração entre parênteses no interior da figura, a **relação correta** dos tipos de avaliação correspondentes aos componentes do modelo é:

(A) (1) de estrutura; (2) de processos; (3) de resultados; (4) de estratégia; (5) sistêmica.
(B) (1) de eficácia; (2) de eficiência; (3) de efetividade; (4) de gestão; (5) de impacto.
(C) (1) de eficácia; (2) de eficiência; (3) de resultado; (4) de política; (5) de efetividade.
(D) (1) de estrutura; (2) de processos; (3) de impactos; (4) de risco; (5) de contexto.
(E) (1) de eficiência; (2) de eficácia; (3) de resultados; (4) de efetividade; (5) de impacto.

20. O servidor público Sérgio recebeu pedido de informações sobre terceirização de mão de obra em sua instituição pelo Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), em conformidade com a Lei 12.527/ 2011, chamada Lei de Acesso à Informação Pública. No entanto, ciente de movimentos de empregados terceirizados que pretendiam entrar na justiça contra o órgão, julgou por bem omitir certas informações, que poderiam prejudicar sua instituição, ainda que estas informações não estivessem classificadas como reservadas, secretas ou ultrassecretas. Sobre a conduta do servidor é possível afirmar que:

(A) agiu corretamente, pois conforme o inciso VIII do artigo 116 da Lei 8.112/1990, é dever do servidor público "*guardar sigilo sobre assunto da repartição*".
(B) não poderia ter adotado outra conduta, uma vez que inciso II da Lei 8.112/1990 diz ser dever do servidor público "*ser leal às instituições a que servir*".
(C) a conduta é considerada ilícita à luz da Lei 12.527/2011 e enseja em responsabilidade do agente público.
(D) a conduta pode ser considerada ilícita à luz da Lei 12.527/ 2011, mas adequada à luz da Lei 8.112/1990.
(E) a conduta do servidor é inadequada mas a responsabilidade, conforme a Lei 12.527/2011 recai unicamente sobre o gestor do órgão.

Conhecimentos Específicos no Perfil

21. Observe a seguinte afirmação: "O objetivo da Contabilidade aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações."

Tal definição está de acordo com a:

(A) Lei das S.A.6.404\1976.
(B) Lei 10.180/2001.
(C) Lei 4.320/1964.
(D) NBC T 16.
(E) Lei 8.666/93.

22. O orçamento anual é produto de um processo de planejamento que incorpora as intenções e as prioridades da coletividade. De acordo com art.40 da Lei 4320/1964 há uma forma para corrigir falhas de previsão e retificar o orçamento anteriormente aprovado pelo Legislativo. Esse mecanismo é denominado:

(A) previsão orçamentária.
(B) créditos adicionais.
(C) fixação de despesa.
(D) operação de crédito.
(E) previsão de receita.

23. "A soma, agregação ou divisão de patrimônio de uma ou mais entidades do setor público resultará em novas unidades contábeis.". Avalie se, de acordo com a NBCT 16.1, esse procedimento pode ser utilizado nos seguintes casos:

I – registro dos atos e dos fatos que envolvem o patrimônio público ou suas parcelas.
II – unificação de parcelas do patrimônio público vinculadas a unidades contábeis descentralizadas, para fins de controle e evidenciação dos seus resultados.
III – consolidação de entidades do setor público para fins de atendimento de exigências legais ou necessidades gerenciais.

Das afirmativas acima, pode-se dizer que:

(A) apenas I está correta.
(B) apenas II está correta.
(C) apenas I e II estão corretas.
(D) apenas II e III estão corretas.
(E) todas estão corretas.

24. O art.2º da Lei 4320, de 1964, prevê, de forma expressa, que a lei de orçamento conterá a discriminação da receita e despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os seguintes princípios:

(A) legalidade, impessoalidade e moralidade.
(B) responsabilidade, unidade e legalidade.
(C) unidade, universalidade e anualidade.
(D) competência, ética e prioridade.
(E) moralidade, anualidade e competência.

Atenção: o texto a seguir refere-se às duas próximas questões:

"O orçamento é um importante instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, e representa o fluxo previsto de ingressos e de aplicações de recursos em determinado período."

25. Para fins contábeis, quanto ao impacto na situação patrimonial, a receita pode ser efetiva ou não efetiva, constituindo respectivamente fato contábil:

I - modificativo aumentativo e permutativo.
II - modificativo diminutivo e aumentativo.
III - permutativo e modificativo diminutivo.

Das afirmativas acima pode-se dizer que:

(A) apenas III está correta.
(B) apenas I está correta.
(C) apenas I e II estão corretas.
(D) apenas II e III estão corretas.
(E) todas estão corretas.

26. Para fins contábeis, quanto ao impacto na situação patrimonial, a despesa pode ser efetiva ou não efetiva, constituindo respectivamente fato contábil:

I - modificativo diminutivo e aumentativo.
II – modificativo aumentativo e permutativo.
III – modificativo diminutivo e permutativo.

Das afirmativas acima pode-se dizer que:

(A) apenas a III está correta.
(B) apenas a II está correta.
(C) apenas I e III estão corretas.
(D) apenas II e III estão corretas.
(E) todas estão corretas.

27. A etapa da receita orçamentária que antecede a fixação do montante de despesas que irão constar nas leis de orçamento chama-se:

(A) lançamento.
(B) recolhimento.
(C) execução.
(D) precisão de receitas.
(E) arrecadação.

28. Sobre a categoria econômica da despesa, analise as afirmativas a seguir:

I – O critério por categorias econômicas tem o objetivo de oferecer informações sobre os efeitos que o gasto público tem na atividade econômica de um país.
II – A despesa é classificada em duas categorias econômicas: despesa corrente e despesa de capital.
III – As despesas correntes são destinadas à manutenção e funcionamento dos serviços públicos gerais.
IV – As despesas de capital são efetuadas pela administração pública com a intenção de adquirir ou constituir bens de capital.

Estão corretas as afirmativas:

(A) I, II e III, apenas.
(B) II, III e IV, apenas.
(C) I, III e IV, apenas.
(D) III e IV, apenas.
(E) I, II, III e IV.

29. No setor público, quanto ao regime orçamentário, podemos afirmar que:

(A) aplica-se o regime da competência em sua integralidade, ou seja, os efeitos das transações e outros eventos são reconhecidos quando ocorrem, e não quando os recursos financeiros são recebidos ou pagos.
(B) não há necessidade de previsão de receita e fixação de despesa.
(C) o regime orçamentário reconhece a despesa orçamentária no exercício financeiro da emissão do empenho e a receita orçamentária pela arrecadação.
(D) a execução da despesa independe de previsão orçamentária de receita.
(E) a despesa orçamentária é reconhecida em qualquer exercício financeiro, independente do ano da emissão do empenho.

30. A etapa de execução da despesa orçamentária se dá nos seguintes três estágios:

(A) planejamento, previsão e empenho.
(B) empenho, liquidação e pagamento.
(C) empenho, recolhimento e planejamento.
(D) licitação, lançamento e execução.
(E) execução, recolhimento e arrecadação.

31. Os empenhos podem ser classificados em:

(A) ordinário, geral e normal.
(B) empenho,pagamento e extraordinário.
(C) extraordinário, estimativo e compulsório.
(D) normal, compulsório e estimativo.
(E) ordinário, estimativo e global.

32. De acordo com a classificação, o empenho utilizado para as despesas de valor fixo e previamente determinado cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez é chamado de:

(A) facultativo.
(B) estimativo.
(C) ordinário.
(D) extraordinário.
(E) global.

33. No fim do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas serão inscritas com a seguinte classificação:

(A) despesas processadas.
(B) despesas empenhadas.
(C) dano ao erário.
(D) restos a pagar processados e não-processados.
(E) ativo.

34. Os artigos 68 e 69 da Lei nº 4320/1964 definem e estabelecem regras gerais de observância obrigatória para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios aplicáveis ao regime de adiantamento. A entrega de numerário a servidor, sempre precedida na dotação própria, para fim de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação é um procedimento denominado:

(A) empenhamento.
(B) previsão orçamentária.
(C) suprimento de fundos.
(D) restrição orçamentária.
(E) pregão.

35. O manual de contabilidade aplicada ao setor público – 5ª edição, apresenta o PCASP – Plano de contas aplicado ao setor público. De acordo com a nova classificação, o Balanço Orçamentário utilizará as contas classificadas em:

(A) 1 e 3.
(B) 5 e 2.
(C) 7 e 1.
(D) 6 e 4.
(E) 5 e 6.

36. Sobre a contabilidade pública, analise as afirmativas a seguir:

I – O atendimento do enfoque patrimonial da contabilidade compreende o registro e a evidenciação da composição patrimonial do entre público.
II – Deve atender os princípios e normas contábeis voltados para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos e passivos e de suas variações patrimoniais, contribuindo para o processo de convergência às normas internacionais, respeitada a base legal nacional.
III - Deve atender os princípios e normas contábeis voltados para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos e passivos e de suas variações patrimoniais, contribuindo para o processo de convergência às normas internacionais, não necessitando respeitar a base legal nacional.
IV - Constitui ramo da ciência contábil e deve observar os princípios de contabilidade.

Estão corretas apenas as afirmativas

(A) I, II e IV.
(B) II e III.
(C) II, III e IV.
(D) I, III e IV.
(E) II e IV.

37. Um dos princípios da contabilidade determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido. A esse princípio denominamos:

(A) prudência.
(B) competência.
(C) entidade.
(D) continuidade.
(E) oportunidade.

38. O patrimônio público é composto dos seguintes elementos:

(A) ativo, receitas e passivos.
(B) receitas e despesas.
(C) ativo, passivo, patrimônio líquido, saldo patrimonial ou situação liquida patrimonial.
(D) ativo, patrimônio líquido.
(E) ativo, passivo e despesas.

39. Observando a composição mais detalhada do patrimônio público, e em razão do que determina o art.105 da Lei nº 4320/1964, os bens, créditos e valores integram a seguinte classificação do Balanço Patrimonial:

(A) ativo financeiro.
(B) passivo não financeiro.
(C) patrimônio líquido.
(D) ativo não financeiro.
(E) passivo financeiro.

40. Tendo como referência a Norma Brasileira de Contabilidade, o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos representa:

(A) ativo não financeiro.
(B) patrimônio líquido.
(C) passivo financeiro.
(D) passivo não financeiro.
(E) ativo financeiro.

41. Em relação à variação patrimonial, observe as afirmativas a seguir:

I – São transações que resultam em alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando, ou não, o seu resultado.
II – A receita e despesa sob o enfoque patrimonial tem a mesma denominação no enfoque orçamentário.
III – As variações patrimoniais são classificadas em quantitativa e qualitativa.

Das afirmativas acima:

(A) apenas I e III estão corretas.
(B) apenas I e II estão corretas.
(C) apenas I está correta.
(D) apenas II está correta.
(E) todas estão corretas.

42. A variação patrimonial aumentativa:

(A) diminui o patrimônio líquido.
(B) não altera o patrimônio líquido.
(C) aumenta o patrimônio líquido.
(D) é considerada uma despesa sob o enfoque patrimonial.
(E) afeta o resultado orçamentário.

43. A despesa com constituição de provisão de despesa com depreciação é considerada variação patrimonial:

(A) mista.
(B) qualitativa.
(C) aumentativa.
(D) composta.
(E) diminutiva.

44. Considera-se realizada a variação patrimonial aumentativa, conforme enunciado pelo princípio da competência:

(A) quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro.
(B) pela geração natural de novos ativos independente da intervenção de terceiros.
(C) pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo.
(D) pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.
(E) pela doação de bens.

45. Quanto ao resultado patrimonial analise as afirmativas a seguir:

I – Quando a VPA (variação patrimonial aumentativa) for menor que a VPD (variação patrimonial diminutiva) temos um superávit patrimonial.
II – Quando a VPA for menor que a VPD temos um déficit patrimonial.
III – Quando a VPA for maior que a VPD temos um superávit patrimonial.

Das afirmativas acima:

(A) apenas I está correta.
(B) apenas II está correta.
(C) apenas I e III estão corretas.
(D) apenas II e III estão corretas.
(E) todas estão corretas.

46. Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicada ao setor público, a entidade deve manter sistema de informação contábil refletido em plano de contas que compreenda os parâmetros abaixo, EXCETO:

(A) contas específicas que possibilitam a apuração de custos.
(B) tabela de codificação de registros.
(C) o funcionamento das contas.
(D) a utilização do método de partidas dobradas em todos os registros dos atos e fatos.
(E) indicadores de segregação.

47. A respeito da mensuração de ativos e passivos é correto afirmar, **EXCETO**:

(A) não deve ser realizado à conta do patrimônio líquido e evidenciado em notas explicativas, o reconhecimento de ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis.
(B) mensuração é o processo que consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis.
(C) a entidade do setor público deve aplicar métodos de mensuração ou avaliação dos ativos e dos passivos que possibilitem o reconhecimento dos ganhos e das perdas patrimoniais.
(D) os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, devem ser efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência.
(E) mensuração é a constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrente da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas.

48. A respeito do critério de disponibilidade para avaliação e mensuração dos elementos patrimoniais nas entidades do setor público, analise as seguintes afirmativas:

I - Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.
II - As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos e de reconhecimento para os passivos.
III - As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

Das afirmativas acima:

(A) apenas I e II estão corretas.
(B) apenas II e III estão corretas.
(C) apenas I está correta.
(D) apenas III está correta.
(E) todas estão corretas.

49. As participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privados em que a administração tenha influência significativa devem ser mensuradas ou avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. No que diz respeito à avaliação e mensuração dos elementos patrimoniais, essa afirmação está ligada ao critério:

(A) investimentos permanentes.
(B) disponibilidades.
(C) créditos e obrigações
(D) estoques.
(E) dívidas.

50. Quanto ao imobilizado podemos afirmar que:

(A) não é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção.
(B) ficam isentos de depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas.
(C) deve ser evidenciado em notas explicativas o critério de mensuração ou avaliação o imobilizado obtido a título gratuito, bem como a eventual impossibilidade de sua valoração, devidamente justificada.
(D) os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado não precisam ser incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços.
(E) em nenhum caso há necessidade de mensuração dos bens de uso comum.

51. De acordo com a NBCT 16.9 com relação aos métodos de depreciação, amortização e exaustão, podemos afirmar:

(A) o valor depreciado, amortizado ou exaurido, apurado mensalmente, deve ser reconhecido nas contas do passivo financeiro.
(B) o valor residual e a vida útil econômica de um ativo não precisam ser revisados.
(C) a vida útil econômica do ativo não impacta nos métodos de depreciação, amortização e exaustão.
(D) a depreciação, a amortização ou a exaustão de um ativo começa quando o item estiver em condições de uso.
(E) para se estimar a vida útil econômica de um ativo, não há necessidade de se considerar o desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não.

52. Nas empresas, o lucro é a principal medida de desempenho, enquanto nas instituições é o custo. Com relação à gestão de custos aplicada ao setor público em concordância com o Manual de contabilidade aplicada ao setor público Parte II, analise as afirmativas a seguir:

I – A comparabilidade é condição essencial para subsídio do processo de tomada de decisão pelos gestores e acompanhamento da informação de custos pelos órgãos de controle.
II – O subsistema de custos - coleta, processa e apura, por meio de sistema próprio, os custos da gestão de políticas públicas, gerando relatórios que subsidiam a administração.
III – O subsistema de custo não auxilia a melhoria do processo de accoutanbility pelo setor público.

Das afirmativas acima:

(A) apenas I está correta.
(B) apenas II está correta.
(C) apenas II e III estão corretas
(D) apenas I e II estão corretas
(E) todas estão corretas

53. A respeito das notas explicativas podemos afirmar, **EXCETO**:

(A) incluem critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de natureza patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.
(B) poderão incluir divulgações sobre os riscos e incertezas que afetem a entidade e quaisquer recursos e/ou obrigações para os quais não exista obrigatoriedade de serem reconhecidos no balanço patrimonial.
(C) quanto ao reconhecimento de inconformidades não há necessidade de evidenciá-las.
(D) as informações contidas nas notas explicativas devem ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.
(E) são parte integrante das demonstrações contábeis.

54. Conforme as NBCASP, o sistema contábil público estrutura-se em subsistemas. O subsistema que registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados com as variações do patrimônio público, subsidiando a administração com informações tais como resultado econômico e resultado, é o subsistema:

(A) compensação.
(B) patrimonial.
(C) desempenho.
(D) custos.
(E) orçamentário.

55. No PCASP as contas contábeis são classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam. As contas com informações de natureza típica de controle estão na classe:

(A) 1 e 4.
(B) 5 e 6.
(C) 1, 2, 3 e 4.
(D) 4, 5 e 6.
(E) 7 e 8.

56. Quanto às formalidades do registro contábil observe a frase: "o registro e informação contábil devem reunir requisitos de verdade e de validade que possibilitem segurança e credibilidade aos usuários no processo de tomada de decisão."

Segundo a NBCT 16.5 tal afirmativa está vinculada à seguinte característica do registro e da informação contábil:

(A) objetividade.
(B) representatividade.
(C) confiabilidade.
(D) integridade.
(E) tempestividade.

57. De acordo com a estrutura básica do PCASP, as contas de controle da execução do planejamento e orçamento encontram-se no nível de classe/grupo:

(A) 5.1, 5.2 e 5.3.
(B) 1.1 e 1.2.
(C) 2.1, 2.2 e 2.3.
(D) 8.1, 8.2 e 8.3.
(E) 6.1, 6.2 e 6.3.

58. De acordo com a lei 4320/1964 a demonstração contábil que demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas denomina-se:

(A) balanço patrimonial.
(B) balanço financeiro.
(C) demonstração dos fluxos de caixa.
(D) balanço orçamentário.
(E) demonstração das variações patrimoniais.

59. Com base nas contas do PCASP, a previsão de receita é feita com o seguinte lançamento:

(A) D: previsão inicial da receita
C: receita a realizar.
(B) D: receita a realizar
C: previsão inicial da receita.
(C) D: dotação orçamentária/crédito inicial
C: crédito disponível.
(D) D: dotação orçamentária/crédito inicial
C:receita a realizar.
(E) D: receita a realizar
C: receita realizada.

60. A demonstração dos fluxos de caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

Para o levantamento da demonstração dos fluxos de caixa, é necessário definir conceitos. Em relação ao tema, observe a descrição a seguir:

"Reflete as movimentações de recursos financeiros que não representam arrecadação ou aplicação direta."

Essa informação está relacionada ao seguinte conceito:

(A) transferência intragovernamentais.
(B) ingressos das operações.
(C) ingressos de financiamento.
(D) ingressos de investimentos.
(E) transferências intergovernamentais.

INSTRUÇÕES

1. Por motivo de segurança a Fundação Dom Cintra solicita que o candidato transcreva em letra cursiva, em espaço próprio no Cartão de Respostas, a frase abaixo apresentada:

"As melhores coisas da vida, não podem ser vistas nem tocadas, mas sim sentidas pelo coração." (Dalai Lama)

2. Para cada uma das questões da prova objetiva são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E), e só uma responde da melhor forma possível ao quesito proposto. Você só deve assinalar UMA RESPOSTA. A marcação de nenhuma ou de mais de uma alternativa anula a questão, MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS SEJA A CORRETA.
3. A duração da prova é de 4 (quatro) horas, considerando, inclusive, a marcação do Cartão de Respostas. Faça-a com tranquilidade, mas controle o seu tempo.
4. Verifique se a prova é para o **PERFIL** para o qual concorre.
5. Somente após autorizado o início da prova, verifique se este Caderno de Questões está completo e em ordem. Folhear o Caderno de Questões antes do início da prova implica na eliminação do candidato.
6. Verifique, no **Cartão de Respostas**, se seu nome, número de inscrição, identidade e data de nascimento estão corretos. Caso contrário, comunique ao fiscal de sala.
7. O **Caderno de Questões** poderá ser utilizado para anotações, mas somente as respostas assinaladas no **Cartão de Respostas** serão objeto de correção.
8. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:

- **.** não haverá substituição por erro do candidato;
- **.** não deixar de assinar no campo próprio;
- **.** não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas;
- **.** a maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada;
- **.** outras formas de marcação diferentes da que foi determinada acima implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**;

9. O fiscal não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções.
10. Você só poderá retirar-se da sala após 60 minutos do início da prova.
11. Quaisquer anotações só serão permitidas se feitas no caderno de questões.
12.Você poderá anotar suas respostas em área específica do Caderno de Questões, destacá-la e levar consigo.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas**.
14. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o **Caderno de Questões** e o **Cartão de Respostas**.

Boa Prova!

Ao término de sua prova, anote aqui seu gabarito e destaque na linha pontilhada.

01	11	21	31	41	51
02	12	22	32	42	52
03	13	23	33	43	53
04	14	24	34	44	54
05	15	25	35	45	55
06	16	26	36	46	56
07	17	27	37	47	57
08	18	28	38	48	58
09	19	29	39	49	59
10	20	30	40	50	60